

Outros Tempos, vol. 19, n. 34, 2022, p. 421-431. ISSN: 1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v19i34.999>

Entrevista: **Maria Regina Celestino de Almeida. Dossiê Povos indígenas no Brasil
Oitocentista¹**

JOÃO PAULO PEIXOTO COSTA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6767-4104>

Doutor em História Social pela UNICAMP
Professor do IFPI e do PROFHISTÓRIA/UESPI
Uruçuí/Piauí/Brasil
joao.peixoto@ifpi.edu.br

TATIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9496-0077>

Doutora em História pela UFRRJ
Professora adjunta da UESPI
Florianópolis/Piauí/Brasil
tatianagoncalves@frn.uespi.br

Maria Regina Celestino de Almeida é uma referência na historiografia acerca dos povos indígenas com estudos fundamentais a respeito dos períodos colonial e imperial. Tem doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2000) e fez estágios pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ - 2005), na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris, 2006) e no Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid, 2012).



Atualmente é professora associada do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), pesquisadora do CNPq, autora do clássico

¹ Entrevista realizada por João Paulo Peixoto Costa e Tatiana Gonçalves de Oliveira em 02/02/2022.

Outros Tempos, vol. 19, n. 34, 2022, p. 421-431. ISSN: 1808-8031

*Metamorfozes indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*², bem como de importantes artigos sobre o protagonismo indígena no império, especialmente no contexto de formação de Estado nacional. Na entrevista a seguir, Maria Regina Celestino de Almeida nos fala de sua trajetória pessoal de contato com um tema, até então, pouquíssimo explorado, das questões mais relevantes para se compreender as heterogêneas vidas indígenas no século XIX, como terra, trabalho e atuação política, além dos desafios da historiografia e do ensino de História para se interromper o ciclo de negligência sobre o protagonismo indígena na História do Brasil.

OT: Como foram seus primeiros contatos com a temática indígena no XIX e o que havia de produção até então?

Regina Celestino: No doutorado, estudei o período colonial e constatei que os índios aldeados do Rio de Janeiro chegaram ao século XIX afirmando a identidade genérica de índios aldeados, que, dada ou imposta pelos colonizadores, foi por eles assumida na experiência compartilhada com vários grupos étnicos e sociais nas aldeias missionárias e que ainda lhes garantia direitos nos Oitocentos. Afirmavam-se como aldeados quando se dirigiam às autoridades para reclamar direitos, denunciar abusos e garantir as terras de suas aldeias. Percebi que as tentativas de extinção das antigas aldeias coloniais, que se estenderam de meados do XVII ao XIX, envolviam disputas por classificações étnicas. Segue daí o meu interesse em estudar o processo de extinção das antigas aldeias coloniais, enfocando especialmente os conflitos de terra e as disputas por identidades étnicas, os quais foram o tema do meu primeiro projeto de pesquisa após o doutorado.

Vários trabalhos importantes sobre os indígenas no XIX constituíram fontes inspiradoras para a construção e o desenvolvimento do projeto, sobretudo na área da Antropologia. No livro *História dos Índios no Brasil*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha³, dois capítulos foram essenciais: o da própria Manuela, “Política Indigenista no século XIX”, e o de Dantas, Sampaio e Carvalho, “Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: um esboço histórico”. A *Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, organizado por João Pacheco de Oliveira⁴, também foi fundamental, desde a sua introdução a

² ALMEIDA, M. R. C. *Metamorfozes indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

³ CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP: Companhia das Letras, 1992.

⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

Outros Tempos, vol. 19, n. 34, 2022, p. 421-431. ISSN: 1808-8031

respeito dos índios misturados e suas significativas reflexões teóricas sobre as identidades dos indígenas em situações de contato até os vários capítulos que reconstróem as trajetórias de diferentes grupos, que, considerados extintos no XIX, reaparecem no XX. Mas a pesquisa se fundamentou basicamente em fontes primárias, sendo que o *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros*, sob a organização de John Monteiro⁵, foi absolutamente relevante para a seleção dos documentos utilizados.

Havia outros estudos sobre os indígenas no XIX, entre os quais destaco *Índios da Amazônia. De Maioria a minoria (1750-1850)*, de Moreira Neto⁶ e *Amazon Frontier: The Defeat of the Brazilian Indians*, de John Hemming⁷, que enfocavam mais a violência do que o protagonismo indígena, não tratando das questões que eu me propunha a trabalhar. Quanto ao Rio de Janeiro, vale destacar a contribuição de Bessa Freire e Malheiros⁸, com o livro *Aldeamentos Indígenas no Rio de Janeiro*, que, embora tratem prioritariamente do período colonial, apontam a presença significativa de indígenas na Corte do Rio de Janeiro e indicam fontes históricas sobre o tema.

O resultado da pesquisa, que acabou se desdobrando em uma segunda parte, me permitiu afirmar que o processo de extinção das antigas aldeias coloniais foi lento e gradual, em grande parte devido à atuação dos índios aldeados, ainda interessados em preservar suas aldeias e terras coletivas. Constatei que, também no Rio de Janeiro, o processo de extinção das aldeias envolveu conflitos por terra e disputas em torno das identidades étnicas, tal como demonstravam as pesquisas sobre várias regiões do atual nordeste brasileiro.

OT: Qual foi a importância dos Oitocentos para os povos indígenas no Brasil?

Regina Celestino: O século XIX impactou de forma muito violenta os povos indígenas no Brasil, tanto os das antigas aldeias coloniais quanto os dos sertões. É surpreendente verificar o quanto isso foi e ainda é negligenciado em nossa historiografia. Acredito que foi o período, por excelência, que levou à invisibilização dos indígenas na história, com sérias consequências até os dias de hoje. Dupla violência, como disse Manuela Carneiro da Cunha, pois, além das guerras de extermínio (principalmente contra os botocudos e os kaingang), das investidas contra suas terras nos sertões e nas antigas aldeias coloniais, das escravizações

⁵ MONTEIRO, John Manuel. *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais*. São Paulo: USP: FAPESP, 1994.

⁶ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria, 1750-1850*. Petrópolis: Vozes, 1988.

⁷ HEMMING, John. *Amazon Frontier: the defeat of the brazilian indians*. London: Pan Macmillan, 1987.

⁸ FREIRE, J.R.B.; MALHEIROS, M.F. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

Outros Tempos, vol. 19, n. 34, 2022, p. 421-431. ISSN: 1808-8031

ilegais e imposições de trabalhos compulsórios extenuantes, foi um período no qual se consolidaram imagens negativas, estereotipadas e preconceituosas sobre eles – imagens estas que permanecem até os dias hoje no imaginário da sociedade brasileira. Além disso, o discurso do desaparecimento dos indígenas ganhou força nesse período, e não resta dúvida que foi bem-sucedido, se atentarmos para o descaso e o silenciamento dos historiadores em relação a eles. Daí a importância de valorizar os estudos sobre os indígenas no século XIX, enfocando as múltiplas formas de protagonismo e estratégias variadas que os diferentes povos desenvolveram nas várias regiões do Brasil, enfrentando os desafios tanto por meio das lutas armadas quanto dos recursos jurídicos. Esses estudos são essenciais para desconstruir o discurso do desaparecimento dos índios nesse período. Considero essencial também estudar e compreender os processos de construção do pensamento social brasileiro e da historiografia nesse período e também ao longo do século XX, que caminhavam junto com as concepções políticas e ideológicas predominantes. Compreender o processo de construção dessas ideias e discuti-las em sala de aula é, a meu ver, um caminho importante para desconstruí-las.

OT: Por que a historiografia dos Oitocentos demorou tanto a atender para a importância dos indígenas para o período e para a formação do estado brasileiro?

Regina Celestino: A historiografia, de um modo geral, (e não só a dos Oitocentos) pouco valoriza a presença e a participação dos indígenas em nossa história na condição de protagonistas. Creio que as mudanças devem muito ao movimento dos próprios indígenas, que, nos anos 80, evidenciaram que não iriam desaparecer como os historiadores e os antropólogos, então, acreditavam. Somem-se a isso, as novas perspectivas teóricas da História e da Antropologia, que, em grande parte derivadas desse movimento, propiciaram novas compreensões sobre suas trajetórias, histórias, memórias e identidades. Mas, com certeza, essa nova história indígena, a qual ganhou força no Brasil a partir da década de 90 do século passado, concentrou-se muito mais no período colonial. Os indígenas do século XIX seguiram, por mais tempo, sendo assunto dos antropólogos. Talvez isso tenha a ver com a tradição historiográfica lançada no XIX, pois, mesmo na condição de vítimas passivas ou de rebeldes selvagens, os índios, ao menos, apareciam na história do Brasil colonial. É possível que isso tenha incentivado a escolha dos historiadores que devem ter considerado mais viável estudá-los nesse período, por uma questão de disponibilidade de fontes. O mesmo pode ter ocorrido com a América espanhola, onde os estudos sobre os povos indígenas foram também priorizados na colônia. É difícil identificar as razões, mas parece viável considerar que o discurso ao respeito do desaparecimento dos índios no XIX acabou por ser bem-sucedido,

Outros Tempos, vol. 19, n. 34, 2022, p. 421-431. ISSN: 1808-8031

tanto no Brasil quanto na América. Em *La Reindianización de América: siglo XIX*, Leticia Reina⁹, organizadora do livro, nos explica, na introdução, que os vários povos ali estudados foram, por muito tempo, considerados camponeses e/ou cidadãos não indígenas até emergirem, afirmando suas identidades étnicas, em lutas políticas de diversas regiões do continente, como demonstram os autores da coletânea. No livro *A Viagem da Volta*, João Pacheco de Oliveira aponta situação semelhante no atual nordeste brasileiro. Os vários estudos de caso desenvolvidos no livro demonstram as trajetórias de diversos povos, que, considerados extintos nos Oitocentos, mantiveram-se unificados como grupos étnicos distintos para reafirmar suas identidades indígenas no século XX. Vale destacar que esses estudos, no Brasil, desenvolveram-se na área da Antropologia. Talvez a tradição historiográfica construída nos Oitocentos tenha sido bem-sucedida no convencimento de que os índios no XIX não constituíam categoria de análise para os historiadores: ou estavam muito misturados aos não indígenas, e não podiam sequer ser identificados nas fontes, ou viviam nos sertões e eram assunto dos antropólogos. Felizmente, em nossos dias, essas ideias têm sido desconstruídas, e o século XIX é cada vez mais estudado, revelando a enorme diversidade de situações e atuações dos povos indígenas.

OT: Em livros didáticos e no Enem, a temática indígena em conteúdos de século XIX é praticamente nula. A que você atribui isso e quais as possíveis consequências desse silenciamento?

Regina Celestino: A ausência da temática indígena nos Oitocentos em livros didáticos e em provas do Enem reflete essa ausência em nossa historiografia. Como disse Circe Bittencourt¹⁰, os conteúdos dos livros didáticos acompanham, em geral, as tendências historiográficas. Nesse sentido, creio que, na medida em que as novas abordagens acadêmicas sobre os indígenas no XIX forem crescendo e ganhando espaço e atenção na historiografia brasileira, poderemos ganhar espaço também nos conteúdos dos livros didáticos e, conseqüentemente, nas questões do Enem. Acho que este é um caminho fundamental ao qual devemos nos dedicar. Estudar mais os indígenas no XIX, levar os novos conteúdos aos livros didáticos e, sobretudo, desenvolver cursos de atualização para professores de ensino médio e fundamental. Porém, ainda há muito chão pela frente.

⁹ REINA, Leticia (coord.). *La reindianización de América Latina: siglo XIX*. México: Siglo XXI: CIESAS, 1997.

¹⁰ BITTENCOURT, Circe Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimento. In: MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.

OT: Os silêncios sobre os índios na historiografia sobre os Oitocentos e no ensino básico têm relação com as construções políticas e ideológicas originárias do próprio século XIX?

Regina Celestino: Com certeza. A construção do Estado nacional no Brasil, como também em outros países da América, seguiu os valores europeus de se criar uma nação branca, progressista, civilizada e moderna, em que não poderia haver espaço para a multiplicidade étnica e cultural. Além disso, de acordo com os paradigmas da época, a cada Estado deveria corresponder uma nação com uma língua, um povo, uma cultura. Políticos e intelectuais depararam-se com o desafio de construir essa nação branca e civilizada em um universo repleto de índios e negros. Some-se a isso a política indigenista do período em que, dando continuidade às propostas de Pombal no século anterior, visava a incorporar os indígenas assimilando-os à nação como cidadãos iguais aos demais, isto é, transformando-os em não índios e retirando-lhes antigos direitos. Isso facilitava o avanço sobre as terras coletivas das antigas aldeias, que, de acordo com as leis, poderiam ser extintas quando os indígenas alcançassem o estado de civilização. O IHGB, criado em 1838, teve um papel importante na construção de uma história nacional valorizando o índio do passado, enquanto silenciava sobre os povos vivos e atuantes nas aldeias e sertões das várias regiões do Brasil. Para esses dirigiam-se as políticas de assimilação ou de guerras de extermínio e escravização. Vale lembrar que políticos e intelectuais, quando não se confundiam na mesma pessoa, influenciavam-se mutuamente e, grosso modo, comungavam com os valores predominantes que visavam à assimilação dos índios e à sua submissão ao Império brasileiro, na condição de eficientes trabalhadores e cidadãos inferiorizados. Os discursos políticos e intelectuais do período afirmavam o desaparecimento dos índios do presente, enquanto enalteciam os do passado, refletindo claramente a associação entre os ideais políticos, ideológicos e econômico-sociais predominantes na sociedade escravista e desigual do século XIX.

OT: Em que pese a existência de uma produção já consolidada sobre a temática indígena no período colonial, ainda são poucos os pesquisadores que se debruçam sobre a História dos índios no século XIX. Quais perguntas ainda precisamos fazer a respeito do lugar dos índios nos Oitocentos?

Regina Celestino: São inúmeras as temáticas indígenas a serem exploradas nos Oitocentos. Falar sobre os povos indígenas no século XIX, de forma geral, como fiz recentemente, em um

Outros Tempos, vol. 19, n. 34, 2022, p. 421-431. ISSN: 1808-8031

verbete para a Enciclopédia de Oxford¹¹, é cada vez mais difícil não só pela diversidade de povos e situações, como também pela multiplicidade de atuações dos indígenas nas diversas regiões do país, como inúmeras pesquisas recentes têm revelado. Diante disso, o primeiro ponto a ser destacado é que os estudos vêm sendo (e devem, de fato, ser) cada vez mais bem delimitados quanto aos temas, espaços, tempos e grupos a serem trabalhados. Na medida em que avançam os estudos históricos sobre os indígenas no XIX, novas questões são colocadas, outras fontes vão sendo exploradas e multiplicam-se os temas a serem estudados. Alguns já têm sido explorados há algum tempo, tais como os processos de extinção das antigas aldeias coloniais, com a problemática das disputas por terra e identidades; as guerras nos sertões, sobretudo contra os botocudos e os kaingangs; a exploração do trabalho indígena escravo e compulsório; as construções ideológicas e historiográficas sobre os índios, etc.

Outros temas estudados mais recentemente apontam novos caminhos de investigação: é o caso de seu próprio trabalho, João Paulo¹², e de vários outros jovens historiadores, que estão revelando a participação dos indígenas nas guerras de independência, nas revoltas das províncias e nas câmaras municipais, procurando desvendar suas próprias motivações nas alianças e conflitos que estabeleciam entre si e com os mais variados atores étnicos e sociais, em contextos históricos bem delimitados. Tudo isso sem perder as conexões com espaços políticos mais amplos. Fundamental nesses trabalhos é a preocupação dos autores em identificar os interesses dos próprios indígenas em suas ações e escolhas, o que desconstrói a antiga ideia de que eles só agiam como massa de manobra de políticos locais. Essas análises permitem novas leituras sobre a participação dos indígenas nas disputas e revoltas políticas locais e, conseqüentemente, na formação do estado nacional. Na medida em que avançam, desdobram-se com novas indagações. A condição de cidadania para os indígenas, por exemplo, é um tema que tem merecido mais atenção nos últimos anos e tende a ser cada vez mais problematizada, incluindo reflexões sobre seus próprios significados para os indígenas, como nos estudos de Mariana Albuquerque Dantas¹³ e Vânia Maria Losada Moreira¹⁴, entre outros. Fundamental ainda, no sentido de incorporar novas questões e temas às agendas de pesquisa, é a presença cada vez maior dos indígenas nas universidades. Os saberes indígenas e

¹¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Native Brazilians under the Monarchy in Brazil. In: *The Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford University Press, 2020.

¹² COSTA, João Paulo Peixoto. *Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798 a 1845)*. Teresina: EDUFPI, 2018.

¹³ DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

¹⁴ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Espírito santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogovernos dos índios, 1798-1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

Outros Tempos, vol. 19, n. 34, 2022, p. 421-431. ISSN: 1808-8031

as suas compreensões próprias a respeito de suas histórias já têm possibilitado novas leituras sobre processos históricos nos Oitocentos, como algumas pesquisas vêm revelando.

OT: Uma das problemáticas caras ao pesquisador da História indígena no século XIX é pensar a relação entre uma política de deslegitimação étnica aliada ao avanço sobre os territórios indígenas. Em que medida podemos comparar esse fenômeno político e ideológico como parte da construção dos Estados nacionais latino-americanos no século XIX?

Regina Celestino: Sem dúvida, são processos comparáveis nos quais os discursos políticos e ideológicos que envolveram a criação dos Estados nacionais latino-americanos podem e devem ser associados aos avanços sobre as terras indígenas (tanto as dos sertões, quanto as das antigas aldeias coloniais) e ao apagamento de identidades indígenas. No Brasil e em outras regiões da América, as identidades indígenas no XIX ainda garantiam alguns direitos que haviam sido obtidos por meio dos acordos com as monarquias ibéricas. Disputas por classificações étnicas podem, pois, ser consideradas como disputas políticas e sociais, como destacou Guillaume Boccará¹⁵. Essas disputas envolviam, principalmente, conflitos por terra, o que se torna bastante visível em várias regiões do Brasil e também da América, desde meados do século XVIII (reformas pombalinas e borbônicas), mas principalmente no decorrer do XIX. Entre o Rio de Janeiro e a Cidade do México, por exemplo, apesar das significativas diferenças e especificidades locais, são muitas as possibilidades comparativas envolvendo os processos de extinção das antigas comunidades indígenas, como pude perceber em estudo comparativo entre as antigas aldeias do Rio de Janeiro e dos *pueblos* próximos à cidade do México, estudados por Andrés Lira¹⁶.

Quanto aos índios nos sertões no Brasil e nas *tierras adentro* dos novos estados latino-americanos, as possibilidades comparativas também são possíveis e igualmente permitem associações entre o avanço sobre as terras indígenas e os discursos políticos e ideológicos de desconstrução de suas identidades acompanhados de políticas assimilacionistas que visavam integrá-los, sem distinção alguma em relação aos trabalhadores nacionais. As guerras justas legalmente decretadas contra botocudos e kaingangs, a partir das Cartas régias do príncipe regente, D. João, e tantas outras investidas ilegais que avançavam sobre as terras indígenas,

¹⁵ BOCCARA, Guillaume. *Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/426>. Acesso em: 17 set. 2021.

¹⁶ LIRA, Andrés. *Comunidades indígenas frente a la ciudad de México: Tenochtitlan, Tlatelolco, sus pueblos y barrios, 1812-1919*. México City: Colegio de México: Colegio de Michoacan, 1983.

Outros Tempos, vol. 19, n. 34, 2022, p. 421-431. ISSN: 1808-8031

matando-os, escravizando-os e diminuindo suas possibilidades de sobrevivência nos sertões, acabava por levá-los ao estabelecimento de acordos com os colonizadores, bem como ao ingresso em aldeias missionárias ou presídios/colônias militares. Tornavam-se, então, mão de obra barata em atividades agrícolas, extrativistas e fabris. Tanto no Brasil, como em outras regiões da América, muitos indígenas misturaram-se a outros trabalhadores e passaram a ser classificados de outra forma.

OT: Um dos temas importantes dos Oitocentos diz respeito ao entendimento da estruturação dos mundos do trabalho. Pesquisas recentes têm apontado para a importância de se pensar as fragilidades do trabalhador livre em uma sociedade escravocrata. Nesse sentido, quais as possibilidades de escravização ou uso forçado da mão de obra indígena no século XIX?

Regina Celestino: A exploração do trabalho indígena no século XIX foi intensa, tanto como escravizados (legais ou ilegais), como ainda sob as mais diversas formas de trabalho compulsório igualmente muito extenuantes e violentas, como evidenciaram John Hemming e Moreira Neto, desde os anos 1980. O tema tem ganhado maior visibilidade nos últimos anos com estudos localizados em diferentes regiões do país. A expansão agropastoril em áreas indígenas tinha uma dupla ação: ao mesmo tempo em que avançava sobre as terras incorporava os povos como mão de obra barata nos vários empreendimentos que iam se estabelecendo nas regiões ocupadas. E isso se dava em todas as regiões do país, como os estudos recentes estão demonstrando. O sequestro de crianças, por exemplo, foi uma prática muito frequente, incluindo áreas de imigração, como demonstrou Luisa Wittmann¹⁷, em seu estudo sobre os Xokleng. Sem dúvida, a precariedade das condições de liberdade nos Oitocentos impactava a população livre e pobre, que mais facilmente podia ser submetida ao trabalho compulsório, conforme as leis dos Oitocentos. A condição de tutela imposta aos indígenas tornava-os vulneráveis à exploração de sua força de trabalho e também ao recrutamento forçado para servir na marinha e participar das guerras do XIX. A tendência dos estudos atuais em valorizar a memória dos indígenas para reconstruir suas histórias é um caminho importante para identificar a extrema violência que caracterizou as formas de exploração do trabalho indígena no século XIX a partir de suas próprias compreensões. Cruzando relatos das memórias indígenas coletados por meio de entrevistas com registros

¹⁷ WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

Outros Tempos, vol. 19, n. 34, 2022, p. 421-431. ISSN: 1808-8031

escritos, essas pesquisas permitem novas leituras a respeito das ocupações de terras indígenas no XIX e sobre a extrema violência contra eles cometida. O mais importante nesses estudos é a possibilidade de se compreender esses acontecimentos a partir do olhar dos próprios indígenas.

OT: Quanto às metamorfoses indígenas, como podemos compreender as relações interétnicas e de mestiçagem na formação dos índios “mestiços” no XIX?

Regina Celestino: Metamorfoses indígenas, mestiçagens e relações interétnicas dos povos indígenas entre si e com vários outros grupos étnicos e sociais foram intensas desde o período colonial, como as pesquisas têm revelado. Tornaram-se particularmente acentuadas a partir das reformas pombalinas e, sobretudo no XIX, quando a política indigenista passou a incentivar essas interações com objetivos assimilacionistas de transformar os indígenas em não indígenas. A ideia de *índios mestiços* aponta para a possibilidade de compreendermos que muitos povos e/ou indivíduos podiam assumir mais de uma identidade e/ou acioná-las em momentos diferenciados segundo as conjunturas e os desafios enfrentados. Não se trata, absolutamente, de manipular ou inventar identidades, mas sim de adaptações necessárias ao enfrentamento de condições de extrema violência que foram e ainda são impostas aos povos originários da América. A compreensão das categorias de classificação étnica como produtos históricos que, continuamente, transformam-se e que comportam significados diferentes, conforme os tempos, os espaços e os agentes sociais, incluindo os que classificam e os que são classificados, parece-me essencial para perceber, analisar e dar sentido às contradições presentes nas fontes, nas quais os mesmos indivíduos podem aparecer ora como indígenas, ora como mestiços. Cabe também atentarmos para os significados políticos e sociais das classificações étnicas em contextos históricos específicos. Tais questões foram essenciais para as minhas pesquisas sobre os aldeados no Rio de Janeiro oitocentista e, sobretudo, para entender o processo de extinção das antigas aldeias coloniais, que, como afirmei antes, envolveu disputas por classificações étnicas. São questões essenciais também para evidenciarmos a falácia da ideia do desaparecimento dos índios no XIX.

OT: Em seus trabalhos observamos uma preocupação em pensar os protagonismos indígenas nas suas mais variadas experiências de contato. Nesse sentido, como você enxerga a História dos povos indígenas na América a partir de um olhar multidisciplinar? Isso tem sido feito?

Outros Tempos, vol. 19, n. 34, 2022, p. 421-431. ISSN: 1808-8031

Regina Celestino: A meu ver, a abordagem histórico-antropológica é essencial para a compreensão dos povos indígenas como sujeitos históricos. É esse olhar que tem possibilitado compreensões mais amplas e complexas sobre as relações de alteridade entre povos cultural e etnicamente distintos, levando os pesquisadores a buscarem identificar os diferentes significados por eles atribuídos às suas ações e escolhas. É essa abordagem que nos permite ir além da antiga visão equivocada, a qual os reduzia às condições de vítimas passivas da colonização ou rebeldes selvagens que se opunham aos colonizadores. Creio que, tanto no Brasil quanto na América, a mudança de perspectiva quanto à valorização das ações indígenas na história deve muito ao diálogo cada vez mais estreito entre a história e a antropologia. É a partir desse diálogo que podemos compreender culturas e identidades como produtos históricos que se transformam nas experiências dos povos indígenas entre si e com vários outros grupos étnicos e sociais e buscar os múltiplos significados que suas ações podem comportar. Creio que as revisões historiográficas que têm transformado a história dos índios na América e no Brasil têm se fundamentado nessas novas perspectivas. Na América espanhola, desde os anos 70; no Brasil, um pouco mais tarde, pois ganha mais força entre os historiadores na década de 90. Não tenho dúvidas de que o diálogo com a Antropologia é imprescindível para a pesquisa sobre História indígena e, felizmente, ele tende a se ampliar cada vez mais.